

Prêmio sem castigo

A situação econômica dos Estados constitui um cipal capaz de enredar a União. E, como se constatou pelos números disponíveis até agosto, é suficiente também para inviabilizar o equilíbrio fiscal em 1995, pois um déficit de 2,5% do PIB em oito meses representa o pior sinal dado aos executores do plano de estabilização e virtualmente fora do controle deles. Se há — ou houve — crime, cabe castigo.

Assim como, havendo acerto, cabe prêmio. Sendo a premiação uma prática incomum nas esferas governamentais, é preciso saudá-la, pois revela que alguns hábitos salutares, usuais no universo privado, vão sendo assimilados pelos poderes públicos.

Primeiro, a face boa. O estímulo aos adimplentes se constata a partir da informação reproduzida ontem pela *Gazeta Mercantil* de que as unidades federativas adimplentes vão fazer jus a uma regalia: serão autorizadas a tomar novos empréstimos para que possam realizar investimentos. Como isso seria proibido pela Resolução 2.008 do Conselho Monetário Nacional, deverá ser adotado um critério de excepcionalidade.

De pronto, ganham os próprios, aliados ou afins. O Ceará de Tasso Jereissati, do PSDB; o Paraná de Jaime Lerner, do PDT; e a Bahia, cujo governador é Paulo Souto, do PFL, estão na pole position como candidatos aos benefícios. Outros completarão a lista, chegando a dez o número de Estados que têm respeitado as exigências de equilíbrio orçamentário, o que corresponde a adotar uma postura decente para não provocar desequilíbrio e inflação. "Sete Estados estão numa situação horrível, dez são recuperáveis e dez estão bem, e três destes passam com louvor na nossa avaliação", segundo informa fonte do Ministério da Fazenda.

Segundo, a face podre. Em consequência de desmandos históricos, 17 Estados declaram não saber se terão dinheiro para pagar o 13º salário em dezembro. Entre estes figuram São Paulo, Rio e Rio Grande do Sul. Entre os quatro com maior dívida pública mobiliária, só Minas Gerais escapa. Agora

são governadores do PSDB ou aliados os mais complicados, pois parece haver disposição do governo federal de fazer cumprir a lei. Ela determina que uma das únicas válvulas de escape — as antecipações de receita orçamentária

(AROs) — deverá estar quitada até o final do exercício em que as operações foram realizadas. Faltando pouco mais de dois meses para tal, já se pode prever a situação aguda que será enfrenta-

da pelos Estados nas próximas semanas. Em São Paulo, incorporou-se às práticas rotineiras da administração a busca de pagar o 13º com um empréstimo tomado em dezembro, para ser quitado no início do ano seguinte com a receita do IPVA, de preferência pago à vista, com desconto generoso.

Os Estados têm obrigações da ordem de R\$ 100 bilhões e estão em processo de renegociação de suas dívidas com a União. Ou seja, trata-se de um momento particularmente importante para as relações entre ambos, e no qual se convive com as votações da emenda de reforma administrativa, entre cujos objetivos está o de viabilizar a recomposição do equilíbrio fiscal dos Estados.

Já se calcula que meio milhão de funcionários estaduais estejam com o emprego em risco, por não terem estabilidade e porque se cria ambiente propício ao enxugamento das máquinas. Pouco se tem feito, entretanto, para ferir grave iniquidade, como a da existência de um núcleo restrito de funcionários com regalias inadmissíveis, e, pior, mantidas ou ampliadas após a aposentadoria, como se se desejasse criar uma camada social de gerontocratas (ou pessoas maduras em plena forma) sem poder político, apta a usufruir um padrão de Primeiro Mundo à custa de Tesouros miseráveis.

Gastando o que não têm com quem não precisa, os governos descumprem obrigações de investimento, sem contudo atuar com ânimo e celeridade na venda de bens públicos, como faria uma empresa. Se agora há prêmio, é preciso que não falte castigo para quem age com omissão, empurrando a crise com a barriga...

A Fazenda premia os Estados adimplentes, mas isso é o bastante para castigar os outros?